

Redes sociais: a dupla existência da verdade

Carlos Jalali

“Dentro de vinte anos, os jovens não vão saber o que é o nacionalismo”. Assim profetizava Nicholas Negroponte – fundador e então director do Media Lab do MIT – em 1997. O que explicaria este caso do nacionalismo nas novas gerações? Para Negroponte, seria a Internet. Ao estarem ligadas a todo o mundo, as crianças criadas com a Internet seriam incapazes de nutrir sentimentos nacionalistas. O facto de estarem à distância de um clique do resto do mundo permitiria às novas gerações socializarem com todo o planeta. O medo do outro dissolver-se-ia. As fronteiras tornar-se-iam irrelevantes. Negroponte concluía que no futuro “já não haverá espaço para o nacionalismo, tal como não há espaço para a varíola”.

A previsão de Negroponte dificilmente poderia estar mais longe de se concretizar. Os últimos 20 anos têm sido marcados pelo crescimento de forças nacionalistas (e, em geral, também populistas) nas democracias do mundo. Alguns autores descrevem este período como a “nova era do nacionalismo”. Outros identificam um *zeitgeist* populista-nacionalista.

Em vários países são os mais jovens – precisamente aqueles para quem o nacionalismo deixaria de fazer sentido, segundo Negroponte – que apoiam este ascendente nacionalista. Em 2017, Marine Le Pen foi a candidata que mais apoio recolheu entre os eleitores de 18 a 34 anos de idade na primeira volta das presidenciais francesas. No Brasil, 39% dos votantes em Jair Bolsonaro na primeira volta tinham entre 16 e 34 anos de idade, substancialmente mais que [os votantes em] Fernando Haddad. Num inquérito a 18 mil jovens com 16 a 25 anos de idade de 14 países europeus, 48% concordavam com a necessidade de controlos mais restritivos para impedir a imigração, contra apenas 28% que discordavam. A geração da Internet também sabe o que é o nacionalismo. E, como vários estudos têm salientado, as redes digitais têm reforçado as identidades nacionais e os nacionalismos extremistas.

É impossível imaginar um desfecho mais irónico para a previsão de Negroponte. O nacionalismo não foi extirpado pela Internet, bem pelo contrário. E a dupla ironia é que até doenças praticamente erradicadas estão de volta – em larga medida, graças à difusão do movimento antivacinas nas redes sociais.

Estes 20 anos da previsão de Negroponte são também os 20 anos da Internet enquanto meio de comunicação global. Neste período, podemos constatar um movimento pendular

na percepção do seu papel na política. A primeira fase, que atinge o seu auge entre 2008-2013, pode ser visto como a era do ciberoptimismo. Neste período, a Internet e as redes sociais são vistas como forças transformadoras em prol da democracia liberal. Por todo o mundo surgiam exemplos do poder aparentemente salvífico das novas tecnologias. Nas democracias, o online era visto como a chave da mudança política, o instrumento que tinha permitido a vitória de um jovem e relativamente desconhecido senador afro-americano nas presidenciais americanas de 2008, contra o *establishment* que apoiava Hillary Clinton ou John McCain. No resto do mundo, o online era visto como o catalisador da democratização. Um pouco por todo o lado – dos países da Primavera Árabe à Moldávia, Irão e Ucrânia – emergiam movimentos de cidadãos em prol da democracia. Mobilizados através das redes sociais, estes movimentos davam origem à noção de “Revoluções Twitter e Facebook”.

O pêndulo inverte-se pouco depois. Em 2016, as redes sociais são mais uma vez apontadas como um factor – para uma mudança política nos EUA, com a vitória de um *outsider* contra Hillary Clinton e o *establishment* dos dois principais partidos. Mas, ao contrário de 2008, a vitória de Trump foi vista como um exemplo da capacidade das redes sociais para perverter a democracia liberal, servindo de plataforma para discursos e mobilização antidemocráticos, para a propagação de *fake news*, até mesmo para a manipulação dos eleitores a partir de perfis psicográficos extraídos das redes sociais por empresas como a Cambridge Analytica. Do “Brexit” a Bolsonaro, da Itália à Índia, do Facebook ao

Twitter e Whatsapp, predomina actualmente um ciberpessimismo: o digital enquanto instrumento de retrocesso democrático.

É tentador olhar para estas perspectivas e dizer que a realidade está algures entre as duas. Creio, contudo, que está mais próxima da ideia de uma velha anedota de estatística. A anedota é esta: três estatísticos vão à caça e encontram o seu alvo. O primeiro falha, disparando dois metros à esquerda do alvo. O segundo também falha, disparando

dois metros à direita do alvo. Tendo assistido a isto, o terceiro diz: “Boa! Acertámos!”

Por outras palavras: fazer a média da visão ciberoptimista e da ciberpessimista falha o alvo em termos do papel das redes digitais na política. Estas não são inerentemente positivas ou negativas para a democracia. Antes, contêm em si o potencial para ser um factor positivo, ao aumentarem o acesso à informação; ao ampliarem o debate de ideias; ao facilitarem a comunicação. Mas, igualmente, contêm o potencial para ser um factor negativo, por exemplo enquanto veículo de desinformação. Existe nelas uma dupla verdade.

Esta dupla verdade não é única à Internet. Em 1959, um jovem senador americano escrevia na *TV Guia* do seu país sobre o impacto de uma então recente tecnologia: a televisão. Afirmava que a televisão podia ter um efeito positivo considerável, permitindo aos políticos comunicarem com um número muito maior de eleitores; e possibilitando a estes conhecerem melhor os seus políticos. Mas, acrescentava, é também “um meio que se presta à manipulação”, que “pode ser alvo de abuso por demagogos, por apelos à emoção, preconceito e ignorância”. *Plus ça change...* Os debates contemporâneos sobre a Internet ecoam estas palavras de 1959, e ilustram como as novas tecnologias podem reavivar velhos debates.

Ao mesmo tempo, é importante não interpretar estas ideias como sugerindo a neutralidade da Internet na política. A Internet muda a política, tal como a televisão também mudou a política. Múltiplos estudos associam o advento da televisão à profissionalização das campanhas; à personalização da política; à prevalência de atributos visuais nos processos eleitorais. Aliás, o jovem senador que escreveu na *TV Guia* em 1959 ilustra bem esta transformação da política pela televisão. O seu nome? John F. Kennedy.

Qual será então o impacto da Internet e das redes sociais? Para replicar a célebre (e quase certamente apócrifa) resposta de Zhou Enlai em 1972, sobre o impacto da Revolução Francesa: “É demasiado cedo para se avaliar”. Contudo, podemos identificar uma tendência.

As plataformas digitais visam captar a nossa atenção, maximizando o tempo que gastamos nelas. Para o Facebook ou YouTube, mais tempo na plataforma implica maiores receitas publicitárias. Este objectivo tem implicações nos seus algoritmos. Para manter a atenção dos utilizadores, estes fornecem conteúdo sobre o qual o utilizador demonstrou interesse. Assim, um utilizador interessado em teorias de conspiração receberá cada vez mais conteúdo com teorias de conspiração.

Cada utilizador é alimentado por uma versão da realidade. A informação é enquadrada de formas distintas, consoante os vieses de cada um. Somos colocados em “câmaras de eco” onde ressoam crescentemente as ideias em que já

acreditamos. Nestas câmaras de eco, é até possível negar que a terra é redonda: de acordo com um estudo de 2018, apenas 66% dos americanos entre 18 e 24 anos de idade afirmavam que a terra é redonda. Como diria o Barão de Teive pessoano, emerge uma dupla (se não mesmo infinita) existência da verdade.

Esta tendência é problemática para o debate democrático. A democracia implica um processo de decisão que se baseia não apenas no confronto, mas também no consenso. Num mundo de câmaras de eco, a capacidade para o consenso é significativamente reduzida. A crescente polarização política nas democracias contemporâneas é reflexo disso. É importante ressaltar que a polarização não é unicamente resultado das redes sociais. As sementes desta polarização são perceptíveis bem antes da ubiquidade destas redes. Mas estas reforçam a polarização, como as interações políticas online demonstram diariamente.

E estamos longe de atingir o auge deste efeito. A título de exemplo: com base nos dados actuais, podemos estimar que cerca de cinco em cada dez leitores deste texto usam o Gmail como correio electrónico. Seis em dez usam o Chrome como *browser*. Sete em dez têm um telemóvel Android. Nove em dez usam o Google para as suas pesquisas. A quantidade de informação que a Google recebe diariamente sobre cada um de nós – da nossa correspondência, da nossa localização, até mesmo dos pensamentos que transpomos em pesquisas, mas que porventura não admitiríamos em público – é impressionante.

O impacto deste manancial de informação é brutal. Com os avanços em inteligência artificial, poderemos ter campanhas online em que as mensagens são personalizadas aos interesses específicos de cada internauta; em que as perguntas dos eleitores são respondidas por *bots* que sabem exactamente o que cada um quer ouvir. A política deixará de ser um processo colectivo para se tornar uma agregação de processos individuais e separados. Resta uma última questão, porventura a mais importante. Como suscitar o potencial positivo das redes sociais e da Internet? O debate é amplo. Mas importa frisar que parte da resposta reside fora das redes digitais. As câmaras de eco, *fake news* e extremismos antidemocráticos podem ocorrer *online*, mas derivam também de factores *offline*. Económicos, certamente. Mas também a ausência de comunidade na vida real, a epidemia da solidão. Os dados mostram que a geração da Internet – a geração de que falava Negroponte – é actualmente a mais conectada online, mas também a que mais sofre de solidão. Estar à distância de um clique do resto do mundo não acaba com o nacionalismo, nem garante ligações genuínas.

OLHARES
CRUZADOS
SOBRE PORTUGAL
11ª EDIÇÃO | CICLO DE DEBATES

1.º DEBATE
Velhas classes ou novas
identidades: a política
na era das redes sociais
15 Maio | 15h | Auditório
do PÚBLICO

Registo obrigatório em
secretariado@publico.pt



Professor de Ciência Política da
Universidade de Aveiro